

Negociação exige força

LIANA SABO

Da Editoria Internacional

A saída para o problema da dívida externa do Brasil é a negociação política, mas este caminho se torna difícil porque a credibilidade do governo Figueiredo está no fim (falta um ano e meio para terminar o mandato, e o partido que o apóia, o PDS, se encontra dividido, não tendo força para sustentar uma negociação de governo a governo. Quem age são os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas e o presidente do Banco Central, que negociam com as autoridades financeiras dos países credores.

Esta avaliação foi feita pelo professor de Ciência Política da UnB, David Fleischer, um **brazilianist** que há 12 anos se dedica a temas brasileiros, tendo sido co-autor da obra "Brazil in Transition", publicada este ano em Nova Iorque, e será traduzida para o português pela Editora Paz e Terra.

Fleischer considera que a declaração de moratória da Argentina, fortalecida pela recente democratização, pode servir de exemplo para o Brasil e demais países da América Latina, especialmente nos termos em que o novo governo conseguir renegociar a dívida externa no mercado financeiro internacional e, sobretudo, se o país não vier a sofrer qualquer retaliação dos credores.

SONHO DE VERAÓ

O governo argentino — com para David Fleischer — tem mais cacife para uma negociação política. Alfonsín assumiu o poder com maioria absoluta, mandato de cinco anos pela frente e um voto de confiança do peronismo. Tudo isso lhe dá

melhores condições de negociar junto aos banqueiros internacionais.

A grande renegociação da dívida brasileira ficará para o próximo presidente da República? Talvez, respondeu o professor, "mas acho que os fatos vão forçar uma renegociação antes disso. Houve inicialmente uma euforia de que o Brasil havia fechado até as contas de 84. Foi um sonho de verão e todo mundo já sabe que logo após o Carnaval, em março, o país vai ter que voltar ao mercado financeiro internacional".

As autoridades, agora, admitem claramente que nem 83 está fechado, ora dizem que falta 1 bilhão de dólares, ora faltam mais 3 bilhões. O ministro Ernane Galvêas chega ao Clube de Paris e acha que deve 2,8 bilhões quando já deve quase 3,5 bi. Então as contas são muito incertas, observou o pesquisador.

CASTELO DE CARTAS

Depois do impasse havido entre o Brasil e o FMI, em maio (pelo não cumprimento da primeira carta de intenções), vários credores penduraram as contas brasileiras no prego esperando que o país pagasse até o final deste ano. Alguns credores — analisa o **brazilianist** — poderiam ter declarado o Brasil em **default** (falência) não o fizeram porque o mercado financeiro internacional é como um castelo de cartas.

Qualquer credor que puxasse sua carta faria ruir o castelo.

Ele nota que o receio dos banqueiros com relação a uma quebra do Brasil, pelo próprio peso da dívida externa (100 bilhões de dólares, a maior do mundo), tem sido muito grande, por isso

a rapidez com que foi acertado o empréstimo jumbo de US\$ 6,5 bilhões, embora alguns bancos estejam protelando a assinatura do acordo. Na sua opinião, existem duas razões principais para os banqueiros renovarem os empréstimos: o temor de que o Brasil viesse a declarar a moratória, a exemplo da Argentina, e as pressões exercidas pelas multinacionais que estão com as operações de câmbio bloqueadas desde agosto e não podem remeter lucros nem transferir recursos, chegando ao absurdo de algumas companhias tentarem importar componentes através de contrabando.

VISÃO CURTA

O Brasil tem o maior interesse em melhorar as relações comerciais e financeiras com os Estados Unidos, assunto a que se dedicam um dos cinco grupos de trabalho criados durante a visita do presidente Ronald Reagan no ano passado, justamente para facilitar soluções ao problema da dívida e transpor a barreira do protecionismo no mercado norte-americano.

O professor Fleischer tem dúvidas se o Brasil atingirá o segundo objetivo, lembrando que 1984 será um ano eleitoral nos Estados Unidos e "nenhum candidato, republicano ou democrata, irá levantar as bandeiras do comércio livre e da queda do protecionismo, porque os operários e sindicatos norte-americanos consideram que a diminuição de barreiras às importações vai lhes custar empregos".

Esta é uma visão muito curta, define o cientista político americano. Quando um país igual ao Brasil exporta menos, também

passa a importar menos, e os Estados Unidos terão suas vendas diminuídas. A política protecionista gerou em 83 o maior déficit comercial na história dos Estados Unidos, comentou.

A crise econômica mostrou aos governos e banqueiros dos Estados Unidos e da Europa a diversidade existente na América Latina, vista, de um modo geral, com um só perfil. Tanto é verdade que surgiu em Nova Iorque um novo emprego para o cientista social no campo chamado análise de risco (**risk analyse**). Os banqueiros vêm empregando cientistas sociais nas áreas de consultoria e engenharia para calcular os riscos de investimentos no curto, médio e longo prazo em cada país latino-americano devedor.

MERCADOS

No Brasil, as dificuldades econômico-financeiras já estão alterando a política externa e obrigam o país a tomar certas atitudes a fim de proteger os mercados conquistados, como o do Iraque, exemplifica o professor Fleischer. Recentemente esteve em Brasília uma missão do Irã propondo um acordo comercial de trocas de petróleo por armamentos e outros produtos brasileiros. A fim de não prejudicar as relações com o Iraque, onde o Brasil tem muitos interesses — a Mendes Júnior sustenta um pedido de 200 a 300 milhões de dólares para acerto de contrato ainda pendente com o governo iraquiano — o Itamarati tomou medidas cautelosas e o Irã não conseguiu realizar a troca, apesar de muita gente aqui em Brasília se interessar por esse acordo, observou o professor da UnB.